

## EDITORIAL

Na edição anterior da Revista Direito UTP destacamos a consolidação de nosso periódico no cenário jurídico regional e nacional, pela qualidade das pesquisas nele veiculadas. Esta nova edição reitera a “marca” da Revista, qual seja, a notável interdisciplinaridade e variedade temática dos textos apresentados, como adiante sintetizamos.

A respeito da Responsabilidade Civil, destacam-se dois temas sempre muito polêmicos e atuais: a adequada indenização dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais com vistas à efetiva tutela dos direitos fundamentais da pessoa e a responsabilidade civil por erro médico em procedimento cirúrgico estético.

A partir de um diálogo entre o direito material e o processual, desenvolve-se uma investigação sobre a morosidade processual no Tribunal de Justiça do Paraná relativamente ao julgamento de erro médico no Sistema Único de Saúde.

No contexto da educação no Brasil, publica-se interessante estudo que analisa as políticas públicas existentes com vistas ao atendimento das necessidades dos estudantes com dislexia, identificando-se, especificamente, as ações voltadas especialmente para esse grupo.

No âmbito do Direito Desportivo, discute-se o contrato de formação desportiva entre o atleta e o clube formador em futebol, analisando-se a legislação brasileira, a partir da Lei Pelé, especificamente para os jovens entre os 14 aos 16 anos de idade.

No campo do Direito do Trabalho, desenvolve-se estudo avaliativo da responsabilidade por dano processual fundado na Lei nº 13.467/2017, fazendo um paralelo com a responsabilidade por dano processual nos âmbitos civil e trabalhista.

No âmbito do Direito Processual Civil, discute-se a potencialização do contraditório judicial, devendo ser encarado não meramente como um princípio que assegura a ciência dos atos processuais às partes, mas, sim, como meio efetivo da comunicação entre elas por intermédio da antítese no decurso da lide, constituindo-se, assim, como uma condição de validade da decisão judicial.

No âmbito do Direito Administrativo, discute-se a respeito dos aspectos processuais da instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na ação de improbidade administrativa à luz do direito administrativo sancionador, tendo como base as alterações da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/21).

No campo do Direito Tributário, desenvolve-se estudo acerca de recente decisão do Tribunal do Justiça do Paraná sobre a convergência do incidente de assunção de competência a respeito da cobrança do imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI).

No espectro do Direito Sucessório, publicamos pesquisa a respeito dos problemas inerentes à herança digital, a partir de uma análise crítica à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Brasileira (LGPD).

Por fim, dando continuidade ao estudo de caso publicado no volume anterior, destaca-se, sob o fundamento psicanalítico, a sustentação oral em caso de estupro de vulnerável.

Desejamos a todos, como sempre, uma proveitosa leitura!

Inverno de 2022.  
Conselho Editorial